



O DESEMPREGO ESTRUTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E NAS RELAÇÕES DE EMPREGO NO BRASIL

CORRÊA, Gilson César Pianta¹

¹ Mestre em Ciências Sociais (UFPel) – gcpianta@yahoo.com.br

LIMA, Priscila Gualberto de²

² Graduada em Administração (UERGS) – priscilagualberto@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, como uma das principais nações em desenvolvimento do mundo, é um interessante indicador das condições de emprego e empregabilidade neste início de século XXI. Não fugindo às tendências mundiais, o país apresenta um cenário de crise no mercado de trabalho, quer pela falta de empregos – principalmente pelo desemprego estrutural –, quer pelos salários bastante reduzidos que são pagos a um grande contingente da força de trabalho ou, ainda, pela precarização das condições laborais nos postos remanescentes ou criados recentemente.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A perspectiva metodológica utilizada no presente trabalho, dada sua proposta eminentemente teórica, é a revisão bibliográfica, definida por Köche (1997) como sendo a que se desenvolve tentando explicar um determinado problema utilizando-se dos conhecimentos disponíveis a partir das teorias publicadas em livros e outras obras semelhantes, sendo que seu principal objetivo é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema.

Neste sentido, as principais obras utilizadas neste estudo foram *Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais*, de José Chahad e Paulo Picchetti e *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho* de Jeremy Rifkin, este último com uma visão ainda mais sombria acerca da empregabilidade no século XXI.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos anos 90, para Chahad e Picchetti (2003b), seja pela dinâmica social e econômica imposta pelas demandas sociais, seja pela inserção obrigatória do país no processo de globalização internacional, o Brasil tem passado – e continua passando – por diversas transições, entre elas, as tecnológicas, que têm

afetado profundamente seu mercado de trabalho, bem como o emprego de uma forma geral.

Há pelo menos seis importantes transições descritas por Chahad e Picchetti (2003b) como tendo importante influência no mercado de trabalho e nas relações de emprego no Brasil.

A primeira delas diz respeito à passagem de uma economia fechada para uma economia aberta, processo que se intensificou no governo Collor; a seguir, o controle do processo inflacionário, que revelou facetas ignoradas do mundo do trabalho, como baixo salário real e baixa produtividade do trabalho; a terceira transição se relaciona à lenta mudança do papel do Estado na economia, agora mais centrado na regulação e fiscalização; em seguida, a busca de negociação direta entre trabalhadores e empresas, colocando o Estado em papel secundário; a quinta, bastante salientada por Rifkin (1995), refere-se ao processo de inovação tecnológica como instrumento gerador de competitividade e; por fim, a pressão demográfica, em parte herdada do passado, e que tem impacto direto sobre o mercado de trabalho. No que refere-se à pressão demográfica, José Chahad e Paulo Picchetti reconhecem dois efeitos:

O primeiro desses efeitos é o surgimento da chamada 'onda jovem', decorrente do nascimento, em décadas passadas, de um grande número de pessoas que agora afluem ao mercado de trabalho. Neste contexto, na ausência de um sistema de proteção social adequado para os desempregados há uma pressão simultânea sobre o desemprego e a informalidade. O segundo desses impactos é o referente à contribuição demográfica para a ocorrência de altas taxas de desemprego, notadamente nas áreas urbanas do País, onde se concentra grande parte da estrutura ocupacional brasileira (CHAHAD; PICCHETTI, 2003b, p. 32).

Para os autores, o conjunto dessas grandes transições e transformações contribuiu significativamente para aumentar as flutuações cíclicas do desemprego e, principalmente, para aumentar sobremaneira o componente estrutural embutido nas taxas de desemprego aberto.

Outra razão que muito tem contribuído para aumentar a problemática referente ao emprego e a renda no mercado de trabalho brasileiro provém das grandes distorções que vêm se acumulando, de um lado, pela crescente obsolescência da CLT, em decorrência das mudanças na estrutura produtiva e na composição da força de trabalho e, por outro lado, pelo próprio descompasso entre a legislação trabalhista do Brasil e as rápidas transformações tecnológicas geradas pela globalização. Estas duas distorções possuem grandes impactos sobre a produtividade, estimulam a informalidade, protelam o reemprego, entre outros aspectos bastante negativos (CHAHAD, 2003a).

Segundo o autor, o custo médio das obrigações e encargos trabalhistas pagos pela empresa, acima do salário pago ao trabalhador em si, orbita hoje em torno de 65 a 70% sobre o salário, ou seja, a um salário de R\$ 1.000,00 pago a um trabalhador, a empresa é onerada ainda em aproximadamente R\$ 650,00 a R\$ 700,00, o que somado aos custos de pesquisar e treinar o trabalhador, tornam-se bastante difíceis de serem suportados pelas pequenas e pequeno-médias empresas – o caso das grandes corporações, possuidoras de farto capital, muitas vezes tomadas como exemplo é, obviamente, bastante diferente –, justamente as que mais geram o emprego formal no país. Nesse sentido, o autor afirma que:

Estas regras [da CLT] têm tornado o contrato tradicional cada vez mais

restritivo e oneroso para as empresas, especialmente as de pequeno porte, e aquelas dos setores emergentes no ramo dos Serviços, onde o trabalho é um importante fator de produção. A fuga desta armadilha tem sido a crescente informalidade nas relações de emprego, na forma do assalariamento sem carteira de trabalho assinada, ou então por meio da proliferação de trabalhos atípicos, ou mesmo pelo surgimento dos trabalhadores por conta própria, todos buscando evadir-se dos altos custos trabalhistas (CHAHAD, 2003a, p. 303).

Dessa forma, com todas as pressões que sofre o mercado de trabalho, uma tendência possivelmente verificável é a flexibilização do contrato de trabalho, cujo processo tem se tornado em uma das poucas alternativas para impedir o recrudescimento ainda maior das taxas de desocupação e informalidade.

Como a produção – para muitos um sinal claro de que se está entrando no pós-fordismo – está se tornando bem mais flexível, esta certamente pressionará para que também sejam flexibilizadas as normas que atualmente regulam as relações de trabalho no país, visando torná-las menos rígidas e desvinculá-las do contexto histórico no qual foram concebidas nos anos 40. De qualquer forma, parece que manter certas prerrogativas trabalhistas e, ao mesmo tempo, aumentar o nível de emprego e diminuir a informalidade, se torna uma equação cada vez mais improvável.

4. CONCLUSÕES

É cada vez mais notório o ambiente de crise com que se reveste o mercado de trabalho no Brasil: demissões em massa, imensas filas para empregos mal-remunerados, horários extremamente flexíveis e/ou irregulares, terceirizações que dificultam a percepção do trabalhador de para quem realmente ele trabalha, uso indiscriminado de estagiários, etc.

Para autores como Jeremy Rifkin, esse é um processo inevitável pelo qual o mundo está passando, em função da progressiva automação, e que pode redundar na extinção da empregabilidade como a conhecemos. Já para Chahad e Picchetti, a crise não se deve apenas ao aumento da utilização de tecnologia nos processos produtivos, mas a uma conjunção de fatores como a mudança no papel do estado, a pressão demográfica e anacronismo da legislação trabalhista vigente.

De qualquer modo, o processo não vem demonstrando arrefecimento, o que pode levar as sociedades baseadas no trabalho a sérios dilemas, visto que o colapso da empregabilidade possui um efeito desestruturante de grande intensidade nas relações sociais modernas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAHAD, José Paulo Z. **O mercado de trabalho e a segurança de emprego e de renda no Brasil**: estágio anual e sugestões a partir da experiência internacional. In: CHAHAD, José Paulo Z.; PICCHETTI, Paulo (org.). Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003a.

CHAHAD, José Paulo Z.; PICCHETTI, Paulo. **A evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil**: uma análise entre regiões e características dos trabalhadores. In: CHAHAD, José Paulo Z.; PICCHETTI, Paulo (org.). Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003b.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.